



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA
ESPECIALIZAÇÃO *LATO-SENSU* EM GESTÃO EDUCACIONAL

**A PRÁTICA DE GESTÃO EM UMA UNIDADE
ESCOLAR MILITAR PÚBLICA: DEMOCRACIA OU
AUTORITARISMO?**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

Neusenir de Paiva Moreira

Palmas/TO

2011

A PRÁTICA DE GESTÃO EM UMA UNIDADE ESCOLAR MILITAR PÚBLICA: DEMOCRACIA OU AUTORITARISMO?

por

Neusenir de Paiva Moreira

Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Latu-Senso* em Gestão Educacional, da Universidade
Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para
obtenção do título de **Especialista em Gestão Educacional**

Orientador (a): Prof. (a) Dr^a Sueli Menezes Pereira

PALMAS, TOCANTINS, BRASIL

2011

Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Monografia de Especialização

**A PRÁTICA DE GESTÃO EM UMA UNIDADE ESCOLAR MILITAR
PÚBLICA: DEMOCRACIA OU AUTORITARISMO?**

elaborada por

Neusenir de Paiva Moreira

como requisito parcial para obtenção do título de
Especialista em Gestão Educacional

COMISSÃO EXAMINADORA:

Sueli Menezes Pereira, Doutora (Presidente/Orientadora).

Silvana Tabarelli Kaminski - Mestre. (UFSM)

Marta Roseli de Azeredo Barichello Doutora. UFSM

Palmas, 16 de setembro de 2011.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pelas inúmeras vitórias que a mim tem concedido e pelo cuidado incondicional que tem para comigo.

Aos meus filhos Flávio Divino de Paiva que de uma maneira muito especial observou a construção deste trabalho e Felipe de Paiva Dionísio que não mediu esforços para auxiliarme sempre que o solicitei.

Filhos eu os amo e é por vocês que vivo.

Ao meu querido pai que acredita muito na competência de seus filhos.

Obrigada seu Nezim. E a mamãe também.

A Polí Dioniso que acompanhou e compreendeu minhas angustias.

Aos meus irmãos que sempre demonstram acreditar no meu progresso.

As minhas amigas Terenilza, Dora Paiva, Leila Gaúcha e Marise Batista que de maneira muito especial me deram apoio necessário para não desistir desta jornada.

Valeu mesmo Terenilza!

As colegas Áurea, Anália e Márcio pela partilha e apoio. A equipe entrevistada da Escola militar da 403 Sul em nome de Sônia Margarete.

As tutoras Célia e France e a todos os professores deste curso em especial a Claudemir Quadros e as excelentes orientadoras Sueli e Daniele.

RESUMO

Monografia de Especialização
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional
Universidade Federal de Santa Maria

A PRÁTICA DE GESTÃO EM UMA UNIDADE ESCOLAR MILITAR PÚBLICA: DEMOCRACIA OU AUTORITARISMO?

AUTOR: NEUSENIR DE PAIVA MOREIRA
ORIENTADORA: SUELI MENEZES PEREIRA
Palmas/TO, 16 de setembro de 2011

Este trabalho objetivou conhecer a estrutura organizacional e didática de uma escola pública administrada pela polícia estadual militar e o desenvolvimento da democracia em seu interior. Procurou investigar a visão de seus atores sobre a organização administrativo-pedagógica, especialmente a que trata da elaboração e avaliação das ações contidas no PPP. Trata das políticas educacionais no neoliberalismo, salientando a importância do PPP como um espaço identificador do modelo de gestão, entendendo que ele é político quando tem uma orientação especial voltada para a formação do cidadão, visando o tipo intencional de sociedade que almeja formar e é pedagógico quando define ações educativas e busca alternativas necessárias para cumpri-las. O PPP da Escola Estadual da 403 Sul é um processo em construção, de resultados gradativos. De acordo com os documentos da escola, o mesmo foi discutido, elaborado e assumido coletivamente. Para tanto foi organizado um plano de ação, no qual estão previstas ações voltadas, tanto para a melhoria da qualidade da aprendizagem dos seus educandos quanto para uma melhor integração entre a escola e a comunidade. Para garantir tal participação a escola realiza alguns eventos no período noturno, concluindo que a partir do momento em que a escola abre as portas para a participação dos sujeitos na elaboração de suas ações, efetiva-se a prática da gestão democrática. Ao final apresentam-se as considerações finais e os anexos, com documentos da escola investigada e referenciais teóricos legalmente utilizados na pesquisa.

PALAVRAS-CHAVE: democracia; participação; projeto pedagógico

ABSTRACT

Monografia de Especialização
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional
Universidade Federal de Santa Maria

PRACTICE MANAGEMENT IN A MILITARY UNIT PUBLIC SCHOOL: Democracy or authoritarianism?

AUTHOR: NEUSENIR DE PAIVA MOREIRA

ADVISER: SUELI MENEZES PEREIRA

Palmas/TO, 16 de setembro de 2011.

This work aimed to know the organizational structure and teaching in a public school with the military regime and the development of democracy in its interior, to investigate the vision of its stakeholders on the decisions of the management team and the reworking of the actions contained in the PPP. This neo-liberalism in education policy, noting that the school has no capitalist proposes the formation of the student to be a citizen and able to interpret reality in order to transform it. Stresses the importance of PPP as an identifier of the spaces of the management model to understand that it is political when you have a special orientation toward the training of citizens seeking the intentional type of society that aims to form, and is defined as teaching and educational activities search options necessary to fulfill them. The PPP of the 403 South State School is an ongoing process of incremental results, this was discussed, drafted and taken collectively. That school organized a plan of action, which are planned actions aimed both to improve the quality of learning of their children and for better integration between the school and community and school participation to ensure some events held at night they concluded that from the time the school opens its doors to the participation of individuals in the preparation of its shares, effective the practice of democratic management. At the end presents the final considerations and attachments, documents the school investigated and legally used in theoretical research.

KEY WORDS: democracy; participation; education project

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	08
Objetivos.....	10
Objetivo Geral.....	10
Objetivos Específicos.....	10
Metodologia.....	10
1. Capítulo I – NEOLIBERALISMO E EDUCAÇÃO.....	14
1.1 Políticas educacionais e organização do trabalho no neoliberalismo.....	14
1.2 As exigências da formação nas políticas educacionais liberais.....	16
2. Capítulo II – REFLEXÕES SOBRE O PAPEL DA ESCOLA DEMOCRÁTICA.....	21
2.1 O papel político-pedagógico da escola: entre o instituído e o instituinte.....	22
2.2 Projeto pedagógico como compromisso social no contexto das políticas educacionais neoliberais.....	24
3. Capítulo III – O PROJETO PEDAGÓGICO – UM ESPAÇO DE CONSTRUÇÃO PARTICIPATIVA.....	27
3.1 – Uma revisão da organização administrativo-pedagógica da Escola Estadual da 403 SUL	30
3.2 – Gestão democrática na escola pública.....	32
3.3 – Tendências Pedagógicas da Escola Estadual da 403Sul.....	33
Considerações finais.....	40
Referências Bibliográficas.....	43
ANEXOS.....	46
Questionários para ser aplicados na Escola Estadual da 403 Sul	46
Regimento interno escolar da Escola Estadual da 403 Sul.....	48
Imagem da capa do Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual da 403 Sul	53

INTRODUÇÃO

O convívio social pode ocorrer de variadas maneiras e em contextos diversos, sendo que seu formato será determinado pela opção de administração que o gestor fizer. Da mesma forma ocorre nos espaços escolares, onde a gestão da escola pode ser mais democrática ou autoritária, dependendo dos valores e da postura do diretor que estiver administrando.

Em uma perspectiva de gestão democrática, descentralizada, o poder é dividido com a comunidade escolar. Vale ressaltar que o poder não é fácil de ser conquistado seja qual for a classe que deseja tê-lo, uma vez que todos sabem que para possuí-lo e, até mesmo combatê-lo, é necessário bastante empenho e esforço. Deve sempre haver um vínculo entre todos os mecanismos legais institucionais para que haja a democracia na educação; aquisição e uso de recursos e ainda tudo que se refere a decisões, pois “A gestão democrática assegura o direito de todos à educação, fortalece a escola como instituição plural, sem preconceitos e contribui para a redução das desigualdades sociais, culturais e étnicas” (PROGESTÃO módulo II, p. 25).

É com este olhar que tentamos compreender o pedagógico da ação política e o político da ação pedagógica na gestão escolar. Partindo deste ensejo, observam-se alguns problemas com importantes pontos, onde os profissionais da educação devem saber agir com compromisso e precisão para atender às necessidades da sociedade sem faltar com respeito à cultura da mesma.

Deste modo, conclui-se que o estudo dessa pesquisa abre portas para a compreensão de todas as contradições que surgem quando se indaga sobre a prática da gestão democrática na escola, ou seja, saber se há participação da comunidade escolar como um todo: professores, pais, alunos e lideranças do bairro nas decisões de caráter administrativo-pedagógico, assim como descobrir se a escola é administrada legalmente, obedecendo às normativas do Sistema Nacional de Educação.

Esta pesquisa ocorreu na Escola Estadual da 403 sul, situada na quadra 403 Sul APM 07 LT 04, Palmas-TO. Ela é administrada pela Polícia Estadual Militar e SEDUC através do termo de Convênio de cooperação técnica número 0059/2010, firmado através do processo administrativo, nº 2010/2700/0001489, publicado do D.O.E. nº. 3178 de 14 de julho de 2010. De acordo com o Regimento Interno da Escola Estadual da 403 Sul sobre os fins e objetivos, expressos no Capítulo I, que trata da identificação da instituição, revelado em seu Artigo 1º, parágrafo 2º, a Escola Estadual da 403 Sul é uma instituição que tem regime escolar interno e regimento disciplinar próprio, diferenciando-se assim, das demais escolas da rede estadual. Entende-se por regime escolar normas acessórias internas do estabelecimento de ensino.

Esta escola tem uma particularidade, pois é um estabelecimento pertencente ao sistema estadual de educação do Estado do Tocantins e funciona em parceria com a polícia militar do Estado do Tocantins.

O presente trabalho tem como proposta analisar as políticas educacionais no que diz respeito à gestão e democracia regida nesta escola estadual de ensino fundamental do 6º ao 9º ano administrada por uma instituição que segue a hierarquia de poder militar, considerando que a equipe gestora é composta por capitão, tenente, cabo e soldados da polícia militar.

A proposta de pesquisa tem como objetivo a resolução do seguinte problema: qual o modelo de gestão a direção da Escola Estadual da 403 Sul, escola pública de Ensino Fundamental, administrada pela polícia militar em Palmas Tocantins, utiliza para conseguir a disciplina escolar? Que tipo de cidadão a escola se propõe a formar? Estará esta escola comprometida com a transformação social a partir do modelo de formação que ali se faz? Que tipo de projetos e atividades a escola propõe em seu projeto pedagógico? Como estas atividades são desenvolvidas e qual o envolvimento do aluno com as mesmas?

Entende-se por gestão democrática aquela onde há participação de todos os membros da escola, desde o porteiro ao diretor. Todos, democraticamente, devem escrever os regulamentos da escola, com todas as normas e regimentos. Deve haver a participação de todos. A Gestão Democrática é uma forma de gerir uma instituição de maneira que possibilite a participação, transparência e democracia.

Tem-se em vista identificar os meios que a referida instituição educativa, sob o comando militar, utiliza para manter a disciplina escolar. A partir desse contexto, este trabalho apresenta a realidade da direção da escola, indagando sobre suas regras e normas para que se possa ter um melhor embasamento que implicará na conclusão do mesmo.

OBJETIVOS

GERAL:

- Verificar a modalidade de gestão através dos meios de que a equipe gestora da Escola Estadual da 403 Sul (militar) de Palmas se utiliza para aquisição e manutenção da disciplina, tanto em relação aos docentes, como em relação aos discentes durante as atividades diárias.

ESPECÍFICOS:

- Investigar como se deu o processo de construção do Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual da 403 Sul de Palmas;

- Pesquisar e analisar os critérios que a equipe gestora utiliza para avaliar o desempenho dos profissionais da unidade escolar.

METODOLOGIA

A realização da pesquisa proposta necessita de procedimentos metodológicos que se originam na abordagem qualitativa que permite analisar as possíveis respostas, que facilite entender efetivamente o que é o processo de gestão democrática na escola em análise. Para Marcelo Dantas e Vanessa Cavalcante (2006 p 02):

A pesquisa qualitativa tem caráter exploratório, isto é, estimula os entrevistados a pensarem livremente sobre algum tema, objeto ou conceito. Mostra aspectos subjetivos e atingem motivações não explícitas, ou mesmo conscientes, de maneira espontânea. É utilizada quando se busca percepções e entendimento sobre a natureza geral de uma questão, abrindo espaço para a interpretação. (DANTAS; CAVALCANTE, 2006, p. 02).

A escola pesquisada foi fundada em 31 de julho de 2007. Possui 18 militares que atuam na coordenação de disciplina, direção, coordenações pedagógicas e administrativas, secretaria e na gestão financeira da escola, laboratório de

informática, música, etc. A escola conta com um total de 900 alunos no ensino fundamental e Ensino Médio profissionalizante técnico de informática integrado ao ensino médio – PROEJA – este é atendido por oito professores específicos.

A Escola Estadual da 403 Sul, segundo o seu PP tem por objetivo dar ao aluno condições de aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver, aprender a ser, aprender a conhecer preocupando-se com a formação dos valores, emoções e desenvolvimento de suas múltiplas inteligências, exercer a cidadania plenamente. Tem a finalidade de formar e desenvolver de forma plena e inovadora o cidadão e incentivar o desenvolvimento do conhecimento científico, tecnológico, linguístico, moral, normativo legal, ético, social, cívico, da capacidade empreendedora e da compreensão do processo tecnológico. Objetiva também, garantir aos cidadãos o direito da aquisição de competências que os tornem aptos para a evolução social e para o trabalho. A proposta curricular do curso de Ensino Fundamental 2ª fase, está estruturada conforme os seus componentes curriculares a fim de formar competência/habilidade e bases tecnológicas necessárias ao desenvolvimento do aluno.

O aluno tem o direito de ter sempre as aulas previstas para aquele dia, estando ou não o professor, caso este venha a faltar. Assim, uma das coordenadoras pedagógicas ou o coordenador disciplinar assume a sala de aula. Para tanto, o professor deve deixar sempre as atividades devidamente planejadas para a aula seguinte, contradizendo o princípio da gestão democrática, onde o grupo de professores, ao planejar coletivamente, ficaria com a classe dando sequência a um planejamento conjunto. Ao assumir a classe uma pessoa que não esteja integrada ao planejamento do conteúdo em pauta, observa-se uma postura apenas de cumprimento de tarefa, sem garantia de qualidade.

A escola pretende desenvolver um trabalho primando pela disciplina, respeito e resgate dos valores que ora estão perdidos e conseqüentemente atingindo de forma negativa à sociedade.

Vale frisar que para o desenvolvimento da pesquisa foi preciso um levantamento bibliográfico, assim como de documentos da escola para que o estudo se realizasse de uma maneira mais objetiva e mais fiel à realidade investigada, facilitando a observação do trabalho da gestão escolar.

Foi previsto que a pesquisa se desenrolasse a partir do conhecimento de modelos de gestão em acordo com as teorias da administração, o que foi obtido através de estudos por meio de fontes bibliográficas e pesquisa etnográfica. Este projeto se caracteriza pelo estudo de caso das aplicabilidades das políticas educacionais na Escola Estadual da 403 Sul de Palmas. Sabe-se que um estudo de caso é um tipo de pesquisa que geralmente é desenvolvido em apenas uma unidade, pequeno grupo, instituição, programa, um evento. O mesmo deve levar em consideração as influências internas e externas.

É preciso comentar sobre a etnografia em acordo com Biklen e Bogdan (1994) que esta se entende por descrição da vida cotidiana de uma sociedade, analisando os costumes, cultura, tradição e dia-a-dia.

A etnografia é o modo de vida, é o registro detalhado das crenças, costumes, tradições, língua, modo de falar, de vestir, de comer, de construir bem como processo social que envolva todas as atividades realizadas pelos sujeitos.

Para Biklen e Bogdan (1994) por meio da pesquisa etnográfica é possível ao pesquisador inserir-se na vida do objeto de estudo do caso (o sujeito). Este processo caracteriza-se pela distensão, ou seja, trata-se de um processo longo, onde é necessário bastante reflexão e estudo para que o pesquisador consiga expressar-se com clareza e fazer sua descrição, através de palavras, dos acontecimentos, comportamentos e todas as experiências vivenciadas com determinado povo.

Etnografia é um método de pesquisa oriundo da antropologia social, cujo significado etimológico pode ser “descrição cultural”. Assim, ela representa a tentativa de estudar a sociedade e a cultura, seus valores e práticas, a partir de sua “descrição densa”... (VIÉGAS, 2007, p. 104).

A Etnografia, neste projeto, será desenvolvida com a participação, não só da direção escolar, como também de todos os funcionários, considerando os professores, alunos e comunidade escolar como um todo. Porém é preciso que a direção aprove o uso da etnografia na escola para o desenvolvimento da pesquisa.

A coleta de dados está pautada na pesquisa na escola. As fontes bibliográficas serão objeto dos capítulos que subsidiarão a interpretação dos dados coletados de modo a fazer a leitura da realidade investigada.

A referida observação será desenvolvida com autorização e participação da gestão escolar, através de entrevistas estruturadas e conversas. Serão, também,

utilizados questionários com perguntas abertas e fechadas para, assim, analisar os aspectos quantitativos e qualitativos da coleta de dados. Depois, a análise dos dados.

Este trabalho está dividido em capítulos. O capítulo I, intitulado Políticas Educacionais e Organização do trabalho no Neoliberalismo, trata das políticas educacionais no contexto do neoliberalismo. O capítulo II, intitulado Reflexões Sobre o Papel da Escola Democrática trata de assuntos como o autoritarismo, a burocratização, a centralização de poder em uma unidade escolar. O capítulo III, cujo título se refere ao projeto pedagógico cita o mesmo como sendo um dos espaços para identificar o modelo de gestão. Por fim, interpreta a escola investigada. Ao final, as Considerações Finais e, após, os anexos, com documentos da escola e material utilizado para a pesquisa.

CAPÍTULO I

NEOLIBERALISMO E EDUCAÇÃO

1.1 POLÍTIICAS EDUCACIONAIS E ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO NO NEOLIBERALISMO

Em meados dos anos de 1970 o Estado Keynesiano, conhecido como Estado de Bem Estar Social sofreu uma crise na estrutura de sua produção e a solução foi adotar o modelo de Estado Neoliberal, como decorrência da substituição do sistema Taylorista Fordista, pelo modelo de produção flexível, sistema cujo modo de produção consolida o processo capitalista. Enquanto no fordismo e no taylorismo, o centralismo de poder, aliado à divisão do trabalho e à setorização foi a marca do modelo de administração, sistema que alienou o trabalhador pela perda da autonomia e da criatividade, no modelo neoliberal a descentralização político-administrativa é uma marca que interfere no modelo de gestão da fábrica e das instituições. Entre elas as instituições educativas (PEREIRA, 2009).

Acentua-se então o trabalho pela ótica do Toyotismo, um sistema voltado mais para a flexibilidade e, neste, vivemos na atualidade. Com isso firmam-se as ideias que privilegiam o individualismo, a liberdade de comércio, o que disponibiliza o Estado à serviço da empresa privada e não mais dos direitos sociais. Dá-se como resultado o desemprego e conseqüentemente o aumento da desigualdade social.

Para se compreender melhor as políticas educacionais é necessário pensar educação no conjunto das decisões concretas na amplitude da sociedade, para o qual o Estado Neoliberal, globalizado e suas contradições é, na realidade, o marco principal da manutenção das desigualdades sociais, pois este defende o mínimo dos interesses sociais visando o máximo de lucro.

Efetivamente, com a globalização neoliberal nasce uma nova complexidade na qual é definida uma nova hierarquização nas relações entre Estado e sociedade uma vez que algumas ações são globalizadas e outras se tornam mais locais. Isso requer mudanças nos conceitos, nas metodologias, nos modos de agir frente a essa nova realidade. Neste quadro, a sociedade, entendida como poder local, traz consigo temas como descentralização, autonomia, gestão democrática e cidadania (PEREIRA, 2009).

Olhando por esse ângulo a educação, que é característica do Estado vigente, é representada pelo interesse do capital, tanto na organização administrativa das instituições educativas, quanto no que se refere à parte pedagógica. Suas características, com base na fragmentação das funções, fazem com que a educação se torne veículo de distribuição de renda, favorecendo assim a manutenção das desigualdades sociais.

Com a expansão mundial do capitalismo sob a ótica do neoliberalismo e, com isto, o Estado mínimo para os direitos sociais e o exercício de poder, privilegiando a privatização dá-se a descentralização político-administrativa, o que dá origem aos princípios democráticos presentes na Constituição Federal de 1988. Esta proposta é referendada na legislação da educação- LDB/96- lei 9394/96, visto que são adotadas as políticas do Estado neoliberal que faz com que a sociedade assuma todas as responsabilidades sociais. Neste prisma, responsabiliza os sistemas de ensino pela definição das normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, enfatizando a participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes (Art.14).

A lei deixa claro que a melhor maneira de integrar a nova dinâmica de organização social com a educação propriamente dita é através da gestão democrática, para o que a escola necessita providenciar meios de se aproximar da comunidade e faça com que esta participe também do processo de ensino de modo ativo. A autonomia pedagógica e administrativa, bem como autonomia de gestão financeira das Unidades Escolares de educação básica deverão ser garantidas pelo sistema de ensino que as integra, cujas normas gerais verificam-se no artigo 15 da LDB/96.

Nesse contexto o mercado mundial obriga a implantação de uma democracia política formal no sistema educacional, baseada nos novos modelos organizacionais com características bem definidas como participação ativa, descentralização de tomada de decisão, num quadro contraditório em que o individualismo exalta o privado sobre o público e o desprezo pelo social.

Segundo Pereira (2009), para os defensores das leis do mercado, a democratização das relações se justifica, visto que as relações de mercado representam a única maneira de distribuição de bens, pois, para o capital, o mercado é um mecanismo democrático por excelência, é carro chefe da democracia econômica e conseqüentemente da democracia política.

É muito presente o fato de que a sociedade tem poder de decisão já que o modelo neoliberal não assegura os direitos sociais através do Estado. Nesse contexto concretizar a democracia participativa na educação não é tarefa fácil, pois a sociedade não está politicamente preparada, nem tampouco os educadores. A escola e seus profissionais têm de ter presente que, para o capital, a escola é tida como instrumento para produzir mão de obra para o mercado de trabalho.

Isto indica que a escola capitalista não tem como proposta a formação do estudante para ser um cidadão com condições de ler a realidade para poder transformá-la. Frente a esta realidade a escola deve tomar uma posição política sobre, ou formação de cidadãos, ou de operários.

1.2 AS EXIGÊNCIAS DA FORMAÇÃO NAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NEOLIBERAIS

As políticas educacionais têm sido interpretadas a favor da linguagem econômica com base na qualificação dos recursos humanos, voltados para a visão da produção em série, da economia de bloco, do interesse pelo consumo. Com essa ideologia o homem é treinado para a competitividade de mercado e geração de renda. Os discursos políticos que tentam justificar a sobrecarga na educação para formar o trabalhador têm tomado um rumo comercial, porém pode-se considerar costumeiro já que a capacitação do homem para o mercado desde outrora tem sido

o principal encargo da educação (PEREIRA, 2009). Tanto o é que o próprio sistema educativo se organizou seguindo o modelo das fabricas têxteis, desde os anos 60 e 70 no Brasil. Mesmo com a gestão democrática preconizada pela LDB/96, espaço a ser ocupado pela escola para a formação da cidadania, o modo taylorista-fordista de organização do trabalho tem, ainda, se manifestado no modelo de administração da escola, pois os mesmos têm na divisão do trabalho a sua lógica. Mantêm-se as hierarquias de poder e a setorização, o que pode ser observado na divisão entre chefias e comunidade escolar incluído aí, professores e alunos, em geral distantes de qualquer decisão que envolva a totalidade da escola.

Com o taylorismo o Homem se distancia dos conhecimentos de mundo, da preparação para viver bem em sociedade, da visão geral do trabalho, ficando especializado em pequenas partes e no trabalho repetitivo. Com este sistema de organização de trabalho observam-se mudanças consideráveis no que diz respeito ao coletivo dos operários, tanto em sua produtividade, quanto em sua maneira de organização, pois o trabalhador age e produz de um modo isolado, uniforme que não requer o desenvolvimento intelectual (PEREIRA, 2009).

O sistema fordista, por sua vez, teve por finalidade tornar mais eficiente as “modestas” tecnologias que, todavia já existiam, bem como inovar a organização da divisão do trabalho de maneira a incentivar, controlar e a gerenciar a produção de massa. Consequentemente o consumo desse mesmo modo, fez incutir também a democracia, a psicologia e o surgir de um novo tempo, de uma nova sociedade, racionalizada e populista como informa Harvey (1989). Nesta situação os operários perdem o domínio que têm sobre o processo de trabalho já que o sistema fordista-taylorista, determinante no capitalismo, assume o comando de produção empresarial por um período considerável dos anos de 1940 a 1970.

Este modelo sofreu alterações com o modelo neoliberal no qual se destaca a flexibilização dos modos de produção como resultado da inovação das ciências e das tecnologias (PEREIRA, 2009). Com a flexibilização dos modos de produção, outras exigências são feitas ao trabalhador, como ampliação dos conhecimentos técnicos e operacionais, o que se reflete em exigências intelectuais, tais como pensamento abstrato e concreto, decisões rápidas e conhecimentos aprimorados,

especialmente no domínio das tecnologias da informação e da robótica, de modo a executar o trabalho com eficiência e eficácia.

Como decorrência das novas tecnologias surge, portanto, também um novo discurso no campo da educação, que vê a necessidade de um novo profissional que utilize intensamente seus conhecimentos e que ofereça ao mercado uma mão de obra muito mais qualificada, com profissionais abertos para mudanças, participativos. Isto exige que a tomada de decisão seja coletiva, que a iniciativa seja livre e que haja liberdade e incentivo à democracia.

Isso se evidencia na LDB/96 em sua proposta de educação básica cuja finalidade não é só a qualificação do profissional, mas requer da escola uma formação integral do educando para que este atue na sociedade como cidadão capaz de progredir e, valendo-se dos meios adquiridos através do estudo, saiba resolver conflitos respeitando o outro, o meio ambiente e conquiste qualidade de vida através do seu direito ao trabalho, sem resistências à adaptação às exigências e transformações do mundo em que vive. Ou seja, como preconizam os objetivos da LDB/96, ao final da Educação Básica o educando deverá dominar os princípios de ciência e tecnologia no que se diz respeito à produção moderna, evidenciando conhecimentos mais aprofundados em relação à sociedade, através da Sociologia e da Filosofia.

Aprimora-se a mão-de-obra, mas, contraditoriamente, o trabalho é desvalorizado no que diz respeito à remuneração, entre outros fatores, especialmente na situação de desemprego que permeia a situação mundial atual.

No contexto das contradições do capital se encontram as instituições educacionais através de cobranças disfarçadas nos interesses imediatos do capitalismo. Muito embora a educação seja um fator que possa auxiliar a sanar as desigualdades sociais, através da formação humanista-técnico-científica do cidadão, o mercado a pressiona por profissionais com mais conhecimentos técnicos, teóricos e empíricos, impulsionando a competitividade do mercado de trabalho, fazendo com que as instituições escolares incutam essa disputa em seus “clientes”, visto que os donos da produção não buscam no trabalhador um parceiro, mas uma mercadoria e, nesse caso, a escola tem sido coadjuvante na promoção dessa contradição (PEREIRA, 2009).

Azevedo (1999, p.34) afirma que:

[...] o espaço entre os muitos qualificados e os restantes é evidente e socialmente preocupante, visto que o discurso da qualificação de mão de obra para o mercado de trabalho é muito mais excludente, pois grande parte dos novos empregos criados aceitam a aprendizagem adquirida através de cursos de curta duração e os empregos que requerem qualificação muito elevada são escassos. (apud PEREIRA, 2009, p. 6-7).

Esta situação referenda o que diz o autor sobre a realidade concreta do mundo de trabalho ao afirmar que, com as novas tecnologias têm produzido muito, porém utiliza pouca mão de obra o que gera o desemprego, a jornada de tempo parcial o emprego temporário, seleção e outras formas disfarçadas de exclusão.

Percebe-se que os tempos mudaram, pois a exigência por novas técnicas, novos processos, novos mercados, novos produtos, mostram isso claramente, porém não mudou completamente, pois a globalização dos mercados não globaliza direitos nem deveres, ao contrário, faz aumentar cada vez mais a vala entre os qualificados e o restante, assim como entre os próprios qualificados, o que é socialmente preocupante, revelando uma situação nada humanizadora nem democrática (PEREIRA, 2009).

Santos Filho (1997) diz que a sociedade assumirá seu papel no controle do poder público enquanto o Estado assumirá o papel de principal articulador das políticas sociais, mas não deterá o direito de formulação e execução dessas políticas.

Nestes termos a sociedade sofre a confusão da execução de uma falsa democracia quando lhe é oferecida a proposta de empregabilidade que não tem princípio de justiça social, mas parece um meio de resolver seus problemas. Para desvendar a proposta do projeto neoliberal a população juntamente com a sociedade necessita conhecer os interesses do capital, analisá-lo criticamente e reconstruí-lo, caso contrário a educação continuará executando a democracia do livre mercado e a formação de excluídos sociais (PEREIRA, 2009).

Como afirma Pereira (2009), para uma análise da transformação da educação nos dias de hoje é necessário observar principalmente a parte administrativa da escola, tendo em vista que esta nunca se desassocia do pedagógico. Para valorizar a autonomia de uma determinada instituição educativa é necessário rever e

repensar os sujeitos inseridos no processo de sua administração e o papel que cada um desempenha. Vale também considerar a participação que a sociedade dispensa à instituição local.

CAPÍTULO II

REFLEXÕES SOBRE O PAPEL DA ESCOLA DEMOCRÁTICA

Mesmo estando a gestão democrática intimamente ligada ao projeto neoliberal de descentralização de poder do Estado, colocando as decisões mais próximas da sociedade, as instituições sociais, dentre as quais a educação, deve tomar este espaço de democracia e autonomia para cumprir sua função social. Neste espaço, uma escola democrática, que busque esta meta, deve levar em consideração a participação ativa da comunidade local para que construa sua identidade cultural com o objetivo de realmente atender os anseios da sociedade e não do capital. Deve respaldar suas propostas e ações em acordo com sua realidade, com projetos educacionais significativos direcionados ao seu público alvo. Desta forma visa com mais exatidão a ampliação da autonomia de gestão e a conquista de recursos humanos e financeiros de modo a atender às suas necessidades, tendo na participação consciente da comunidade escolar a tomada de decisões coletivamente democrática.

Para se obter resultados positivos e significativos uma instituição educacional deve ser construída sobre sólido alicerce, resultado de sérias pesquisas feitas paralelamente entre a instituição e a comunidade que a cerca. Para isto, é necessário que a escola abra suas portas e instigue a comunidade escolar e local a participar em uma real integração e cumplicidade de interesses. Disto resulta a formação de conselhos ativos e projetos educacionais inovadores voltados para atender as peculiaridades e especificidades dos cidadãos que ali buscam uma educação emancipadora. Somente desta forma a escola se tornará democrática, de gestão autônoma, desempenhando seu papel social de restabelecimento e continuidade em um trabalho de construção da cidadania com vistas à transformação social.

Zauli (2003, p.45) deixa claro que é importante que essa abertura que a escola oferece não seja confundida com programa de assistencialismo e, tampouco, retire do Estado suas obrigações de poder maior para com a manutenção da instituição.

A escola deve ter claro e bem definido suas políticas educacionais e com base nelas fazer sempre uma reflexão do cidadão e da sociedade que esta deseja formar. Isso faz parte do trabalho de formação da cidadania, pois uma sociedade em que há grupos organizados e ativos é sinal de um sujeito que participa em prol do grupo do qual ele faz parte.

Uma escola democrática tem de superar o autoritarismo, a burocratização, a centralização e, acima de tudo, a desarticulação política entre aqueles que gerenciam o Estado, considerando que estas são características do Estado capitalista, características das quais não foge o Estado brasileiro e, hoje, tão enraizadas nas relações escola-sociedade. Associados à tais características estão ainda a falta de mecanismos para avaliação e para a prestação de contas em relação a obtenção da qualidade do ensino. Tudo isso dificulta o acesso de informação para a população que fica impedida de exercer seu papel fiscalizador.

Almeida (1999) afirma que fazer mudança educacional se faz com a participação dos professores, assumindo a formação contínua como o principal elemento constitutivo. A formação precisa ser conectada com as atividades diárias, levando em conta o coletivo e as situações problemas da prática diária do professorado e ser considerada um processo constante de aprendizagem.

2.1 O papel político-pedagógico da escola: entre o instituído e o instituinte

Segundo Bianchetti, (1999, p.27), o projeto neoliberal é convertido numa nova ordem internacional, a qual é reformulada a partir das novas condições do

desenvolvimento da ciência e da tecnologia. Esta estrutura as políticas de Estado e de suas instituições sociais e atende as exigências do mercado global. Isto faz com que o Estado hoje, seja compreendido pela descentralização dos processos decisórios. Nesta lógica o poder global e local se tornam interligados por essa nova dinâmica de organização do trabalho.

Para Hill (2003), a iniciativa da política de descentralização de poder dá-se como resultado da inserção da autonomia nas instituições. Isso tudo explica a reestruturação mundial dos sistemas de ensino educacionais com parte de uma investida ideológica política do capital neoliberal. Já para Bruno (2003), vistas por esse ângulo, as mudanças estruturais no aparelho capitalista são tidas como democracia formal, pois transfere a escola do seio da política para contemplar o mercado. Isso fere a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1998), cujo princípio regulador das políticas públicas está na descentralização, princípio este que está corroborado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei 9.394 (BRASIL, 1996). Através das determinações da Constituição Federal se confirma que, sob a ótica neoliberal, os desafios do mercado interferem de forma dominante nas políticas educacionais, mostra ainda a importância da educação no conjunto dos interesses do capital.

Para Pereira (2008), a escola deve se valer do princípio descentralizador do Estado e enfrentar o desafio de ocupar os espaços de autonomia legalmente instituídos, assumindo, assim, uma posição política frente aos interesses do mercado. Nessa posição a escola deve realizar sua função de instituição educativa que é preparar cidadãos conscientes de seu estar no mundo, prontos para contribuir com a transformação social. Neste caso, o centro das propostas da escola deve se traduzir em seu projeto pedagógico. Neste aspecto, segundo o texto de Pereira (2008), o projeto pedagógico deve ser compreendido como o conjunto de definições políticas da escola como consequência de decisões da comunidade escolar como um todo na perspectiva de tornar a escola uma instituição social que promove a humanização de seus sujeitos e não o contrario disso. Elaborar e executar, portanto, um projeto pedagógico que almeje resgatar a função social da escola necessita fazer uma revisão de sua organização administrativo-pedagógica, no propósito de formar cidadãos críticos e participativos. Assim sendo, o grande desafio da escola é

investir no compromisso social de reduzir a exclusão social o que se traduz no fracasso escolar por diversos fatores internos e externos a escola.

O texto de Sueli Menezes Pereira (2008) que trata do projeto pedagógico focaliza seu estudo entre o instituído e o instituinte, embasado em Libâneo e outros (2003). Primeiro Pereira, em seu texto, busca compreender o grau de importância do projeto pedagógico no contexto das políticas educacionais, assim como também busca analisar a organização político-pedagógica segundo a LDB. Verifica, ainda, a compreensão da escola a respeito às relações destas políticas com o modelo de organização do Estado neoliberal. A autora conceitua o instituído como conjunto de leis vigentes criadas para sustentar a organização da estrutura escolar para a educação básica. O instituinte diz respeito ao resultado da organização da escola realizada no dia a dia pelos membros da própria instituição, assunto que trataremos a seguir.

2.2 Projeto pedagógico como compromisso social no contexto das políticas educacionais neoliberais

De acordo com o texto de Pereira (2008), o Projeto Pedagógico nada mais é do que o resultado da descentralização de poder que as políticas educacionais estabelecem e é no projeto pedagógico que está a principal responsabilidade da escola com vistas a conquistar sua autonomia na busca de alternativas inovadoras, alternativas estas que possibilitem qualidade de ensino.

Seus objetivos devem estar voltados para a formação de cidadãos preparados para conviver com os desafios do mercado de trabalho, cidadãos capazes de atuar criticamente numa sociedade cada vez mais competitiva e excludente em que vivemos. Entende-se que este é o principal compromisso da instituição de ensino comprometida com o processo de atender às necessidades

sociais. Assim sendo, a escola é considerada como um local de formação humana, ambiente este em que seus sujeitos interagem, considerando vida e trabalho como objetos de atenção da ação pedagógica.

É interessante observar através do que diz Veiga (1995), que, ao construir seu PPP, a escola faz um diagnóstico da realidade existente para compreensão das causas do fracasso do sistema educativo e das forças e fraquezas que a escola possui. Assim, o projeto pedagógico é político quando tem uma política especial voltada para a formação do cidadão visando o tipo intencional de sociedade que almeja formar e é pedagógico quando define ações educativas, buscando alternativas necessárias para cumpri-las. Neste aspecto Saviani (1984, p.93), afirma que a dimensão política da educação só é realizada quando é executada a verdadeira prática pedagógica. Em que isto se implica? Na formação de uma cultura do coletivo, na aquisição de um costume de tomadas de decisões democráticas, na elaboração e execução de projetos em que todos participem certos de que isso representa um passo importante na superação da divisão do trabalho, na redução das hierarquias e na construção da democratização da gestão escolar.

A prática pedagógica dá-se ainda quando há uma atualização constante dos conhecimentos dos profissionais da educação principalmente dos professores, pois estes estão mais diretamente comprometidos com o aluno e o seu sucesso escolar depende muito da qualidade de conhecimento que a ele é dispensado, bem como a participação do educando na elaboração e execução da proposta da escola, propostas de inserção da comunidade escolar em sua administração-pedagógica, voltadas para a valorização de determinantes sociais, políticos e culturais da comunidade local, pois, como bem diz Arroyo (1998), a socialização do educando não se dá dissociado do mundo real. Diz ainda que a escola é uma instituição no conjunto das instituições sociais e lógico, faz parte da construção e reconstrução da sociedade.

Meszáros (2005, p. 9-10), afirma também que a prática pedagógica deve sair dos muros da escola e adentrar as ruas, os espaços públicos e invadir o mundo. E para que isso aconteça, deve haver uma mudança considerável nas práticas da escola, optando por abandonar o velho, o tradicional, o individualismo e a

centralização de poder. Neste aspecto entende-se com Pereira (2008), que o político e o pedagógico estão interligados como dimensões essenciais.

CAPÍTULO III

O PROJETO PEDAGÓGICO – UM ESPAÇO DE CONSTRUÇÃO PARTICIPATIVA

O projeto pedagógico é a reunião de propostas e ações, na qual existe uma finalidade que se almeja alcançar. É um documento que traduz, na prática da gestão, a identidade da escola, a partir de sua realidade e finalidades.

Conforme Bueno (1991), a palavra projeto vem do latim *projectu* e significa lançar adiante. Ou seja, um projeto é um plano que se deseja executar. Assim, o projeto pedagógico pode ser considerado como um plano para atender às necessidades escolares, em um ambiente que se caracteriza pela diversidade.

Neste ensejo, vale ressaltar que o projeto deverá ser executado com competência e liderança, devendo os professores assumir um grande compromisso nesta tarefa, conforme determina o Art. 13 da LDB/96:

Os docentes incumbir-se-ão de: I - participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino; II - elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino.

Entende-se que a legislação Educacional responsabilize especialmente os professores que, em conjunto com a comunidade escolar, deverão estar à frente no processo de elaboração do projeto pedagógico nas escolas, visando superar a centralização de poder, pôr em prática a democracia do processo educacional, proporcionar mais participação da comunidade e maiores oportunidades para a sociedade e buscar alternativas para que seja possível a resolução de todos os problemas que predominam na educação.

Neste contexto, é importante compreender a maneira pela qual o projeto pedagógico se encontra estruturado. Sabe-se que a escola, de uma forma geral, é constituída basicamente por duas estruturas bem definidas: pedagógicas e administrativas.

As estruturas pedagógicas devem direcionar os atos dos administradores, além de controlar de forma organizada, as funções educativas, para que, deste modo, sejam atendidas todas as necessidades da unidade escolar. Vale frisar que, nessa mesma estrutura, pode-se inserir tanto a intervenção política, no que diz respeito às questões de ensino e de currículo, como também os setores que revolucionem os problemas que dificultam o desenvolvimento do ato pedagógico.

Já as estruturas administrativas responsabilizam-se pela gestão de pessoas, recursos físicos e também financeiros. Estas estruturas ainda são responsáveis pela manutenção do prédio da escola, assim como pela compra dos materiais didáticos.

Uma forte característica do projeto pedagógico pode ser observada no que diz respeito às decisões curriculares, uma vez que, neste momento, é que serão definidas todas as dinâmicas escolares. Essas decisões curriculares são decisões concretas, nas quais a maior parte dos sujeitos estarão envolvidos e, deste modo, também se envolverá um grande número de interesses contraditórios. Já as decisões relativas aos conteúdos assim como a forma como será utilizado o tempo do aluno na escola, pode-se afirmar que serão definidas por meio das concepções ideológicas, políticas e filosóficas dos educadores e executores das ações (VEIGA, 2001)

Entende-se também que um processo pedagógico tenha realmente o compromisso da reorganização da escola, deverá desenvolver as articulações cabíveis quanto a maneira de conceber, estruturar e dar continuidade ao currículo. Isto indica que o projeto-pedagógico articula o administrativo e o pedagógico, superando estruturas setorializadas e divididas em que o administrativo assumia algumas funções e o pedagógico outras, como se a escola não fosse uma instituição única, cuja finalidade é a formação para a cidadania.

A relação no ambiente de trabalho é muito importante quando se busca uma nova organização de trabalho administrativo-pedagógico. Essa relação deverá ser alicerçada em atitudes de solidariedade, reciprocidade e participação coletiva.

Se houver uma análise crítica da realidade escolar, é possível avaliar a organização escolar através do projeto pedagógico, buscando explicações e compreensão dos motivos e das causas de todos os problemas. É através da avaliação, com base em dados concretos, que a escola poderá conhecer os avanços

e os retrocessos de sua organização em relação às ações praticadas, bem como é o suporte para a reformulação dos projetos e propostas da escola.

Segundo VEIGA (2001, p.32), considerando a avaliação desta forma destaca-se dois pontos importantes: “primeiro, a avaliação é um ato dinâmico que qualifica e oferece subsídios ao projeto político-pedagógico, ele imprime uma direção às ações dos educadores e dos educandos”.

A elaboração do projeto pedagógico tem a ver com o trabalho da escola como um todo e com a participação da sala de aula, considerando o contexto social e a preservação de uma visão da totalidade. Logo, o projeto pedagógico busca a organização global da escola. (VEIGA, 2001, pág.31)

Para Veiga, a conclusão de um projeto pedagógico não se dá após a avaliação do mesmo, pois é um processo de reflexão contínua sobre a prática que precisa estar sempre atualizada. É responsabilidade dos integrantes da escola conhecer a importância da execução do projeto pedagógico para que o ensino seja de qualidade. É preciso que seja implantado um processo de ação-reflexão pelos sujeitos escolares para que a execução do projeto pedagógico seja percebida como necessidade. Embora a política escolar deva ter consciência da importância desse projeto para a qualidade escolar, é preciso saber que seus resultados não são imediatos, mas devem sempre estar em contínua avaliação e revisão.

É preciso que o projeto pedagógico seja compreendido e considerado como um processo sempre em construção, cujos resultados veem gradativamente. Ele também deverá ser discutido, elaborado e assumido pela coletividade. Por isso, diz-se que há necessidade de dar condições para que sempre haja discussões sobre diversos estágios da caminhada em que a escola se encontra frente ao que propõe. Nessa discussão devem participar todos os integrantes da comunidade escolar.

No entanto, mesmo depois de elaborado, não se pode considerar que o projeto possua um fim único em si mesmo. Pelo contrário, este sempre deverá estar disponível a um novo começo, uma nova discussão, pois é sabido que o projeto político-pedagógico deve sempre estar se renovando.

A avaliação deverá ser feita constantemente não só como revelação do desempenho do professor para o aluno e vice-versa, mas em outras relações

essenciais no conjunto da escola. O que se vai avaliar não é só o desenvolvimento dos alunos, se ele tem capacidade de ir ou não para a série seguinte. O aluno é o retrato da ação da escola, por isso, a avaliação não se restringe ao aluno, apenas. Ele é o ponto de partida para avaliar a escola como um todo. A avaliação da instituição a partir da organização do trabalho pedagógico permite verificar se os objetivos foram alcançados de acordo com o que era pretendido de modo a ter uma reorientação dos próprios objetivos.

3.1 UMA REVISÃO DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVO-PEDAGÓGICA DA ESCOLA ESTADUAL DA 403 SUL

A escola estadual da 403 sul funciona desde agosto do ano de 2009. Desde o início é administrada por militares a partir de acordos com a Secretaria de Educação do Estado.

Através da pesquisa de campo realizada constata-se que a escola pesquisada possui 18 militares que atuam nas funções de coordenadores disciplinares, direções pedagógicas e administrativas, secretaria, financeiro, laboratório de informática, música, etc. Vale ressaltar que nem todos os militares desta unidade escolar possuem cursos na área da educação. Conta, ainda, com 60 servidores civis sendo desses os professores regentes que atuam nas áreas de sua formação. O PPP foi elaborado no primeiro semestre do ano de 2010, com a colaboração do corpo docente, discente, equipe gestora da Unidade Escolar, pais de alunos e funcionários.

A orientação das normas da instituição é realizada, além de conversas informais, tanto com o corpo docente, quanto com os discentes, através de reuniões com a equipe escolar e com pais dos alunos. A metodologia utilizada é planejada de acordo com as normas e diretrizes da SEDUC – TO, obedecendo a portarias e instruções e programas do MEC, em consonância com o Regimento Interno da escola e, assim, a escola consegue manter a disciplina em seu cotidiano escolar.

No contexto das contradições do capital se encontram as instituições educacionais através de cobranças disfarçadas nos interesses imediatos do capitalismo e não consegue reduzir a exclusão social o que se traduz no fracasso escolar por diversos fatores internos e externos a escola.

Segundo informações de entrevistados muitos alunos demonstram satisfação em estudar nessa escola, mas há casos de alunos que não se adéquam com as determinações e são “convidados” a transferir-se para outra unidade escolar, o que contradiz com o PPP da escola em questão no que diz respeito ao papel da equipe gestora e sua preocupação com a gestão democrática. Nesta lógica, costuma visar a boa comunicação, cordialidade e ter abertura para novas argumentações. Ainda segundo entrevistados os servidores demonstram gostar da escola. Algumas normas são estabelecidas, por exemplo, e estão registradas no Regimento Interno da escola, mas ao mesmo tempo a equipe gestora dá autonomia aos servidores para construção de projetos coletivos dentro do PPP. O planejamento é discutido coletivamente e planos de aula são individuais e tudo que a escola decide fazer em relação ao pedagógico é discutido com o grupo e a tomada de decisão é coletiva.

Para motivação e valoração dos profissionais a equipe gestora costuma elogiar verbalmente e em formas de dinâmicas escritas, além de promover momentos de interação como jantar dançante no dia dos professores e confraternização de encerramento de semestres.

A partir das observações pode-se perceber que a escola age com certa autoridade para com os alunos. No entanto não há nada que possa parecer ou transparecer como autoritarismo, pois em certos valores ela se compara exatamente às outras escolas. Não foi percebido maus-tratos ou abuso de autoridade. A escola age sim com um regime militar, mas em partes específicas como descritos no Regimento Interno Capítulo V que trata Dos direitos e deveres dos participantes do processo educativo, do corpo docente, da equipe pedagógica e administrativa e no Capítulo VII Do Regulamento Disciplinar que diz respeito ao momento cívico diário e em eventos em que haja participação da escola, ambos, anexados a este trabalho. Instigada por mim sobre estes dois capítulos a Coordenação pedagógica afirma que a disciplina é obtida de maneira bastante eficaz e que essa mesma disciplina assegura boa formação aos estudantes, tanto como alunos, quanto como cidadãos.

Partindo da premissa que a democracia deve ser pautada por normas éticas de conduta e regras que favoreçam a vida social e política do cidadão, pode-se notar que a unidade escolar em questão, está traçando uma caminhada para a autoconstrução desta consciência em sua população estudantil, considerando o contexto desta cidade\capital que mostra crises de ordem familiar, comportamental, educacional nos costumes, bem como na aprendizagem de conhecimentos que são pré-requisitos para a vida.

É do conhecimento de todos que existem outros modelos de escola democrática, no país e fora dele, que estão dando certo, porém o contexto Palmense, à exceção de uma escola da rede privada, não citada nesta pesquisa, não possui, até a presente data, modelo com resultados satisfatórios propostos e esperados, conforme pode-se constatar pelos índices apontados pelo INEP 2009.

Diante do exposto, volta-se a afirmar que a Unidade Escolar Estadual, possui margem acertiva considerável, ainda não constatada em porcentagens, mas visível na conduta da população acadêmica, respectivas famílias, servidores acadêmicos e administrativos, bem como a comunidade do entorno e da capital como um todo, comprovado pela busca incansável de vagas para seus filhos, apontando aquela Unidade Escolar como “satisfatória”.

3.2 GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA PÚBLICA

Estar à frente de uma gestão escolar, não é tarefa fácil. É praticamente um enfrentamento diário para um gestor conseguir suprir as necessidades da escola, atender as demandas administrativas e pedagógicas que surgem a todo o momento, como ouvir os anseios e solicitações dos educadores, atender os alunos e pais, sem contar com a parte burocrática que envolve quase todo o seu tempo. No entanto hoje em dia com a gestão a caminho da democracia, não mais enraizada em ideais e práticas antidemocráticas, muitos gestores já desenvolvem um trabalho diferenciado, promovem a articulação com os demais servidores da instituição, buscando assim uma construção coletiva, envolvendo toda a comunidade

principalmente no planejamento, na execução e na avaliação das atividades desenvolvidas, confiando responsabilidades e evitando a centralização de poder. Sabe-se que a democracia ou uma gestão democrática não nasce necessariamente no interior de uma escola, mas esta é o lugar adequado para que aconteçam as interações sociais e tem o privilégio de se destacar no que diz respeito a democracia, por causa da grandeza pedagógica tanto no seu interior como na sociedade, pois promover a democratização institucional é um caminho para que a prática pedagógica se torne efetivamente prática social e contribua para o fortalecimento do processo democrático mais amplo. Segundo Paro a escola não é democrática por sua administração, mas porque é essencialmente educativa.

De acordo com Paro (1986) a administração escolar que se inspira na cooperação recíproca entre os homens deve ter como meta a construção do novo trabalhador coletivo que seja resultado de todos os envolvidos no processo escolar, guiados por uma vontade coletiva em direção ao alcance dos objetivos verdadeiramente educacionais.

3.3 TENDÊNCIAS PEDAGÓGICAS DA ESCOLA ESTADUAL DA 403 SUL

O texto do PPP da Escola Estadual da 403 Sul, descreve que levando em conta que a educação é, ao mesmo tempo, um processo individual e um processo social que acontece através das inter-relações, diz que a referida escola busca referências em algumas tendências existentes no sistema pedagógico, objetivando suscitar no educando a consciência de si e do mundo. A escola busca na pedagogia progressista (baseada nos estudos de Paulo Freire), a teoria dialética do conhecimento, refletindo a prática e retomando a ela para transformá-la.

Educador e educando aprendem juntos numa relação dinâmica na qual a prática, orientada pela teoria, reorienta esta teoria, num processo de constante aperfeiçoamento, conforme afirma Paulo Freire (1995, p.16)

O homem é o sujeito da educação e, apesar de uma grande ênfase no sujeito, evidencia-se uma tendência interacionista, já que a interação homem-mundo, sujeito-objeto é imprescindível para que o ser humano se desenvolva e se torne sujeito de sua práxis.

Concordando com Mizukami (1986, p.8) em muitas atividades a escola propõe o desenvolvimento da consciência de si mesmo, do ambiente social em que está inserido e do senso crítico, possibilitando que seu educando se torne um agente de transformação social. A escola mencionada proporciona situações de exploração por parte do aluno de diferentes instrumentos da escrita, tais como: revistas, jornais, dicionários, livros de histórias, poesias, bilhetes, receitas, propagandas, etc. Desenvolver nos alunos a capacidade de produzir ou de criar e não apenas de repetir é uma preocupação da escola. Por fim, sabendo que a aprendizagem é um processo social e não só individual a escola busca nos estudos de Vygotsky embasamento teórico para sua prática pedagógica, pois:

A interação com o meio e com o outro acontece nas relações cotidianas históricas e sociais, onde o homem é um ser essencialmente social e histórico que, na relação com o outro, em uma atividade prática comum intermediada pela linguagem, se constitui e se desenvolve enquanto sujeito, talvez tenha condições de apontar um novo caminho [...]. Um caminho em que o homem, a medida que constrói sua singularidade, a tua sobre as condições objetivas da sociedade, transformando-as (FREITAS: 1995,p.41).

Segundo o texto do projeto político pedagógico da Escola Estadual da 403 Sul de Palmas (TO) a tendência pedagógica utilizada pela referida escola é a socio-interacionista, proposta sustentada por autores como Rosiane Moreira da Silva Swiderski, Terezinha da Conceição Costa-Hübes, visando uma constante busca de um ensino de qualidade, que estimule e desafie o aluno, partindo de sua inteligência, que se confronte com o que a humanidade produziu que propicie o espírito crítico e crie situações para que os alunos aprendam igualmente, cada um de acordo com o seu talento e com seu potencial.

Ainda de acordo com o PPP da escola em análise diz que a gestão da escola objetiva democratizar as relações construídas no ambiente escolar. Para isso, procura envolver no processo educacional, servidores, pais, alunos e professores. Por acreditar no trabalho em equipe, a gestão busca sanar as dificuldades encontradas e empenha-se sempre pelo sucesso do trabalho, pela conquista do aumento de matrículas e pelo combate a evasão escolar, primando pela excelência

e pela qualidade do processo de ensino aprendizagem. De acordo com informações concedidas pela gestora da escola, os principais aspectos que tornam a Escola Estadual da 403 Sul de Palmas eficaz são o comprometimento da equipe, a parceria SEDUC e Polícia Militar, corpo docente capacitado e efetivo e ambiente interativo permeado por respeito e solidariedade.

Segundo Libâneo (2004), alguns princípios da organização do trabalho pedagógico e da gestão escolar na perspectiva democrática são sustentados a partir da autonomia da escola e da comunidade educativa, do envolvimento da comunidade escolar, da formação continuada, do profissional dos integrantes da comunidade escolar, da avaliação compartilhada e das relações voltadas para os objetivos comuns e não individuais.

A formação Continuada da escola pesquisada acontece de acordo com as semanas destinadas para esse fim previstas no Calendário padrão da SEDUC-TO. Acontece também paralelamente conectada com as atividades diárias, levando em conta o coletivo e as situações problemas da prática diária do professorado, sendo considerada um processo constante de aprendizagem, bem como dos resultados visualizados nos Conselhos de Classe que acontecem a cada final de bimestre tendo o objetivo de analisar, registrar dados relacionados a vida escolar do aluno e replanejar metodologias e conteúdos para proporcionar aos alunos de baixo de rendimento na aprendizagem reforço para que eles possam acompanhar as aulas e ter uma aprendizagem significativa.

Os princípios de auto-organização requerem vínculos mais estreitos com a comunidade escolar e organizações da sociedade civil, considerando que autonomia na instituição quer dizer ter o poder de decisão sobre os recursos financeiros, seus servidores e sobre sua forma de organização, decidindo sobre seu destino com responsabilidade. Neste caso, a formação continuada dos trabalhadores da educação deve estar planejada desde o início das aulas, como uma atividade político-pedagógica permanente.

Construir democracia no interior da escola, não é somente através de condições adequadas, mas também através dos recursos adequados como número limitado de alunos por turma, formação eficiente dos professores, bom salário para

os funcionários, equipe de assessoramento competente e comprometida. A autora Maria Isabel de Almeida (1999) considera que se os educadores devem entender o professor como um profissional reflexivo, que toma decisões, avalia, seleciona e constrói sua forma de agir e interagir com o educando e se desejam que as mudanças não venham de gabinetes, é necessário que o professor tome posse de seu papel na educação e cabe a ele querer a mudança ou não.

A pesquisa deste trabalho foi desenvolvida embasada nas orientações de Dantas e Cavalcante (2006), no que diz respeito a pesquisa qualitativa que é de caráter exploratório, que estimula reflexões de maneira espontânea muitas vezes implícitas. A direção da escola em questão autorizou entrevista com o seu colegiado, e foi utilizado também o método da etnografia, durante a entrevista realizada com funcionários e uma aluna da escola. Segundo depoimento da aluna de 13 anos, que cursa o 8º ano nesta escola, o regime adotado pela unidade escolar é deveras diferente de outros de escolas públicas em nosso município, porém satisfatório para todos (escola e família), “estando aqui nós estamos em segurança em relação as drogas e brigas e as aulas acontecem sem aquela indisciplina que acontece em salas superlotadas e além do mais ninguém é obrigado a ficar aqui. A gente realmente gosta da escola e concorda com as normas, pois sabemos que é para nosso bem. Já estamos desenvolvendo nosso papel de cidadão”, afirma a aluna.

A Escola Estadual da 403 Sul, está localizada na região sul da cidade de Palmas, capital do Estado do Tocantins, não muito afastada da região central. Atende alunos, em sua maioria, provenientes de famílias residentes na zona urbana, alguns filhos de militares outros deles pertencentes a famílias de baixa renda, bem como, aqueles que são integrantes de famílias nas quais os pais não possuem emprego fixo, trabalhando em regime de diárias, ou em empregos de temporada e complementam a renda familiar com os recursos da Bolsa Família e outros filhos de funcionários assalariados, segundo informações da coordenadora que diz ainda que a escola não faz nenhum tipo de seleção ou restrição para matrículas.

Dentre os problemas enfrentados pela Unidade Escolar, destacam-se aqueles relacionados à situação sócio-econômica de famílias de muitos alunos, sendo um dos fatores que dificulta a participação de pais na vida escolar de seus filhos. Para atender os alunos com dificuldade, tanto na aprendizagem, quanto nos

relacionamentos a escola organizou um plano de ação, no qual estão previstas ações voltadas, tanto para a melhoria da qualidade da aprendizagem dos seus educandos como (aulas de reforço, atividades de monitoramento, gincanas, jogos interclasse, dia “D” da leitura, dia temático, atividades culturais, dentre outras) quanto para uma melhor integração entre a escola e a comunidade (reuniões bimestrais, conselhos de classe participativo, conselho escolar, palestras com temas voltados para a família, confraternizações do dia dos pais, dia das mães, dentre outras) bem como acompanhamento pelo orientador educacional, um professor civil, pastor de uma igreja evangélica que está na escola desde sua fundação e acredita que a orientação tem contribuído muito no desenvolvimento do aluno de maneira integral.

Esta escola conta com técnicos da Diretoria Regional de Ensino de Palmas para acompanhamento e orientação nos trabalhos administrativos e pedagógicos, que concedeu informações sobre a elaboração do Projeto Político Pedagógico desta escola.

Porém, somos conhecedores da atual realidade e podemos afirmar, conforme Navarro... [et. AL] (2004, v. 5, p.21), que “envolver os diversos segmentos na elaboração e no acompanhamento do projeto pedagógico constitui um grande desafio para a construção da gestão democrática e participativa”, desafio este que essa Unidade Escolar, tem conseguido resolver, pois conforme consta no documento por mim analisado (PPP), o mesmo foi elaborado com a participação de representantes dos diversos segmentos da comunidade escolar, tais como: equipe gestora (diretora, orientador educacional e coordenadoras pedagógicas), professores, pais e alunos. Segundo o supervisor, até então responsável pelo acompanhamento na Unidade Escolar, “essa participação foi comprovada através das atas dos encontros para a elaboração do PPP, nas quais consta a assinatura dos referidos componentes da equipe de elaboração”, ou seja, equipe escolar, representante de pais e de aluno.

O Projeto Pedagógico, segundo Veiga (1996; 1998 apud OLIVEIRA), “é um processo permanente de reflexão e de discussão dos problemas da escola, tendo por base a construção de um processo democrático de decisões”. Isso significa o envolvimento da comunidade escolar, não apenas na elaboração do mesmo, mas na

execução e monitoramento das ações, buscando assim atender as necessidades educativas dos educandos e fortalecer a autonomia escolar. Na unidade Escolar pesquisada, esse monitoramento vem sendo feito pelos participantes da elaboração, demais professores e funcionários, pais e alunos, bem como pelo supervisor escolar, que diz ainda, que “todas as ações desenvolvidas devem ser evidenciadas através de documentos que comprovem (relatórios, atas, notas fiscais, no caso de aquisição de material) e/ou fotos”, garantindo assim, a transparência, fortalecendo a gestão, tornando-a cada vez mais, democrática e participativa.

O texto afirma que o PPP tem um caráter propositivo, pois define concepções e princípios coerentes com a legislação vigente e com o Plano Nacional de Educação, devendo ser o balizador da Educação Básica na Instituição bem como da relação entre seus diferentes níveis de ensino. Diz ainda que se pretende divulgar a necessidade de inovar com um jeito peculiar de ser na escola, redimensionando o tempo e o espaço escolar, voltado para a sociedade do conhecimento e não da informação, com uma proposta humanista. Um projeto político pedagógico que assinala para a superação da cultura tradicionalmente assumida de simples transmissão de conhecimento, avançando no sentido de pesquisa e da construção de novos saberes a partir do convívio e das inter-relações das áreas do conhecimento e destas com a realidade.

[...] o projeto não pode ser uma camisa de força para a escola e para o professor. Deve dar a base de tranquilidade, as condições para a administrar o cotidiano e, assim, inclusive liberar espaço para a criatividade.(VASCONCELOS, 2002, pag. 47).

Dessa forma entende-se que os pressupostos e metas descritos no PPP da referida escola representam um compromisso ético com a construção da identidade da escola e de todos os atores que dela fazem parte e constroem cotidianamente a sua trajetória.

O PPP ainda expressa o desafio de inovar com uma proposta diferenciada, no instante em que aponta para a superação da cultura predominantemente assumida pela simples transmissão de conhecimentos, evoluindo rumo à crítica, à pesquisa e a

construção de novos saberes a partir do convívio e das inter-relações das áreas do conhecimento e destas com a realidade, posto que:

O projeto busca um rumo, uma direção. É uma ação intencional com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é também, um projeto político com os interesses reais e coletivos da população majoritária. (SAVIANI apud VEIGA, 1995, p.93).

Dessa forma o PPP da escola da 403 Sul diz que a materialização do que foi proposto coletivamente pode passar da proposição à ação por meio do trabalho em equipe, pois, fazer da educação um instrumento amplo de ação pelos direitos da cidadania e da emancipação social, bem como fazer da escola uma unidade de produção e integração de conhecimentos articulados aos reais interesses da maioria da população brasileira é missão principal da referida instituição.

A construção do PPP foi um trabalho que envolveu todos os membros da escola, numa ação coletiva através de reuniões, estudos, pesquisas bibliográficas, pesquisa com os alunos, garantindo assim uma participação efetiva em tudo aquilo que aqui está representando. Entendemos que pensar o futuro não é tarefa fácil, mas cremos que as ações propostas, que estão aqui representadas, serão o norte para alcançar um horizonte cada dia melhor. (PPP, 2010, p.16).

Refletindo sobre a prática pedagógica, professores e coordenadores pedagógicos analisam e implementam o plano anual de curso, com a finalidade de corrigir os erros do passado e adequar um currículo mediante critérios de gestão de resultados que favoreça o saber e a permanência com sucesso do aluno na escola.

A interação com o meio e com o outro acontece nas relações cotidianas e histórico-sociais, onde o homem é um ser essencialmente social e histórico que, na relação com o outro, é uma atividade prática comum intermediada pela linguagem, se constitui e se desenvolve enquanto sujeito, talvez tenha condições de apontar um novo caminho para as relações entre Psicologia e Educação. Um caminho em que o homem, à medida que constrói sua singularidade, atua sobre as condições objetivas da sociedade, transformando-as. (FREITAS, 1995, p.41).

A construção da Estrutura Curricular e o Regimento Escolar específicos para o Modelo da Escola estão em fase de andamento, aguardando aprovação pelo Conselho Estadual de Educação do Tocantins.

O PPP da escola busca contemplar as diretrizes propostas pela SEDUC, levando em consideração os anseios da comunidade escolar e o cumprimento da missão pedagógica almejada pela escola. A elaboração do Projeto Político

Pedagógico foi feita com vistas no atendimento da proposta do Ensino Fundamental II (6º ao 9º ano) e Ensino Médio Profissionalizante-PROEJA, modalidades oferecidas pela escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho foi bastante importante, pois me possibilitou aprofundar os conhecimentos em relação à prática pedagógica em uma escola pública no que diz respeito à gestão democrática.

Administrar é mais do que executar seus trabalhos com sucesso. É planejar para o futuro. Em se falando de gestão escolar é necessário apresentar um excelente nível de produção do saber. Sabe-se que a escola é um espaço cheio de contradições, relações de poder favoráveis à manutenção dos valores hegemônicos. Neste processo, a busca de construção da gestão democrática atravessa alguns caminhos onde é preciso refletir numa dimensão acadêmica favorável. Entende-se que, existem momentos na vida, de modo geral, que faz-se necessário “recuar para avançar”; a unidade escolar observada atravessa esse momento, onde necessita de normas e regras de conduta, para trazer e manter seu alunado de forma que possam formar sua própria consciência não só de direitos, mas principalmente de deveres.

O foco deste trabalho é a educação nesta capital que acaba de completar 21 anos de criação e conta com 235.315 habitantes oriundos de todas as regiões do Brasil. Naquela U.E., analisando aquela conduta enquanto processo educacional da democracia em construção comprova-se através da participação dos pais, famílias, comunidade interna e externa, tanto de militares quanto de civis, a construção de normas e regras a serem postas e cumpridas por todos os integrantes da U.E. Existem cobranças? Sim! Porém, acompanhando o processo auto-constutivo da consciência de direitos e deveres para com o outro; para com a comunidade mediata

(família) e imediata sucessivamente (religiosa, sociais, acadêmicas, bairro, cidade, capital, estado, país, planetária, mundial

Não é possível mudar a escola, tentando promover a gestão democrática mediante discursos demagógicos. É preciso primeiro alcançar um nível de conscientização do papel participativo dos sujeitos, assim como seu comprometimento no que se refere a mudanças. Deduz-se que uma sociedade que cresce na construção educacional consciente, decresce em ações coercivas. E isto é viver democraticamente.

Para que a escola democrática saia da teoria e passe para a prática é preciso primeiramente que a comunidade seja participativa, fazendo colocações ou dando opiniões. Também se faz necessário que o educador esteja sempre em busca pelo aprimoramento de seus conhecimentos, para que possa atuar com segurança favorecendo um ensino e um aprendizado de qualidade. Além disso, a administração da escola deve ser feita de uma maneira que estimule as pessoas a participarem, uma vez que a ideia de uma democracia escolar se opõe a uma administração centralizadora. Em linhas gerais, a Escola fez um levantamento dos principais problemas enfrentados pela mesma com relação a diversos fatores que dificultam a melhoria da qualidade do ensino que é oferecido aos seus educandos. A partir daí elaborou-se, dentre outros, alguns objetivos, com o intuito de suprir tais necessidades, entre eles: proporcionar maior participação dos alunos na escola e elevar o índice de aprendizagem, trabalhar ações pedagógicas para minimizar a indisciplina, abandono e a evasão escolar, proporcionar aos alunos de baixo rendimento na aprendizagem reforço para que eles possam acompanhar as aulas e alcançar sucesso.

Para alcançar tais objetivos, organizou um plano, no qual estão previstas ações voltadas, tanto para a melhoria da qualidade da aprendizagem dos seus educandos (aulas de reforço, gincanas, jogos interclasse, dia “D” da leitura, dia temático, atividades culturais, dentre outras) quanto para uma melhor integração entre a escola e a comunidade (reuniões bimestrais, conselhos de classe participativo, palestras com temas voltados para a família, confraternizações do dia dos pais, dia das mães, dentre outras). Para garantir a participação da comunidade, a escola tem realizado alguns eventos no período noturno, uma vez que, como já foi dito anteriormente, a maioria dos pais não têm disponibilidade em outro horário.

Com relação à proposta de prática pedagógica da escola, a mesma está voltada para projetos e ações interdisciplinares, atividades diversificadas em sala de aula, utilização dos recursos tecnológicos e pesquisas de campo. Observa-se aqui uma proposta condizente com a realidade na qual a escola está inserida e de acordo com os recursos disponíveis, com foco na aprendizagem significativa, de modo que a mesma aconteça de maneira prazerosa e funcional, preparando o educando para o efetivo exercício da cidadania e desenvolvendo habilidades e competências. Nesta perspectiva, a escola se constitui como um lugar inclusivo que atende as diferenças individuais.

Conclui-se, então, que apesar dos esforços de todos os envolvidos no ambiente escolar para oferecer uma educação de qualidade, pautada no princípio de gestão democrática e participativa aos seus educandos, nessa Unidade Escolar, muito ainda precisa ser feito, conforme o prefácio do texto, “considerando o trabalho imenso que se põe diante de nós que é o de assumir esse país democraticamente”.

Segundo o PPP da escola investigada, a mesma se apresenta como uma escola compreendida como uma instituição onde se concretiza o direito à educação que se exprime pela garantia de uma permanente ação formativa orientada para favorecer o desenvolvimento integral da personalidade, o progresso social e a democratização da sociedade. Portanto, não pode se eximir de seu compromisso com os projetos que buscam a melhoria da educação.

Um dos objetivos do PPP da escola estadual da 403 Sul é explicitar a proposta político-pedagógica, a qual representa a síntese do pensamento administrativo pedagógico institucional e retrata a trajetória percorrida pela comunidade escolar consolidada no desejo de uma educação de qualidade em todos os níveis e modalidades de ensino básico.

Apresento aqui, o que concluí durante setembro de 2010 a outubro de 2011, onze meses de pesquisa, entrevistas, questionários, questionamentos e discussão individual com alunos, professor, servidor administrativo, comunidade externa e outros recursos, bem como observação pessoal e silenciosa, durante o tempo supracitado. Por questões éticas, não há citação de nomes, ou relato de situações observadas. Estas são as considerações finais que relato e pelas quais assumo total e irrestrita responsabilidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Maria Isabel. **Os professores diante das mudanças educacionais**. In: BICUDO, Maria Aparecida Viggiani & JÚNIOR, Celestino Alves da Silva. *Formação do Educador e Avaliação Educacional*. São Paulo: Ed UNESP, 1999.

ARROYO, M. **Trabalho-educação e teoria pedagógica**. In: FRIGOTTO, G. (Org.). *Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século*. 2. ed. Petrópolis Vozes, 1998.

BIANCHETTI, Roberto G. **Modelo Neoliberal e Políticas Públicas**. 2. ed. São Paulo, Cortez, 1999.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação**. Porto: Porto Editora, 1994.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Oliveira Mendes, 1998.

Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 02 jul. 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. **Secretaria da Educação Básica Conselho Escolar, gestão democrática da educação e escolha do diretor/ elaboração** Ignez Pinto Navarro... [et al.]. – Brasília : MEC, SEB, 2004.

BRUNO, L. **Reestruturação capitalista e Estado Nacional**. In: OLIVEIRA, D. A.; BUENO, José Geraldo Silveira. **Função social da escola e organização do trabalho pedagógico**. Educar em Revista, Curitiba, n. 17, p. 101, 2001.

DANTAS, Marcelo; CAVALCANTE, Vanessa. Pesquisa Qualitativa e Pesquisa Quantitativa; Recife; 2006.

Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3178 de 14 de julho de 2010.
Disponível em: < <http://diariooficial.to.gov.br>> Acesso em 07 jan. 2011.

DUARTE, M. R. T. ***Política e trabalho na escola: administração dos sistemas públicos de educação básica.*** Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

GÓMEZ, A. I. P. ***A cultura escolar na sociedade neoliberal.*** Porto Alegre: ARTMED, 2001.

HARVEY, David. **Condições pós-moderna.** 6.ed. São Paulo: Loyola, 1996.

HILL, D. **O neoliberalismo global, a resistência e a deformação da educação.** *Currículo sem Fronteiras*, v. 3, n. 2. p. 24-59, jul./dez. 2003. Disponível em: <<http://www.curriculosemfronteiras.org/vol3iss2articles/hill.pdf>>. Acesso em: 05 abr. 2011.

HORA, Dinair Leal da. **Gestão democrática na escola.** 9. ed. Campinas, SP: Papirus, 2002.

HORA, Dinair Leal da. **Gestão educacional democrática.** Campinas-SP. 2007.

LDB- Título IV – **Da Organização da Educação Nacional.** Disponível em: <secon.udesc.br/leis/ldb/ldb4.html>. Acesso em 07 jan. 2011.

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F.; TOSCHI, M. S. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização.** São Paulo: Cortez, 2003.

MARÇAL, Juliane Corrêa. **Progestão III**. Brasília: Consed, 2001.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão escolar democrática e qualidade do ensino**. São Paulo, 2007.

PEREIRA, Sueli Menezes. Estado neoliberal e políticas educacionais democráticas: intenções, contradições e alternativas possíveis. **Revista POLED – Políticas Educativas. Asociación de Universidades Grupo Montevideo**. Vol. 2, N° 2, 2009. p. 34-53.

Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual da 403 Sul. Edição 2010/2012. Palmas TO.

SAVIANI, D. **Escola e democracia**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1984.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Coordenação do trabalho pedagógico**. São Paulo: Libertad, 2002.

VEIGA, I. P. A. (Org.) **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. 23. ed. Campinas: Papirus, 2001.

VEIGA, I. P. A. (Org.). **Projeto Político Pedagógico da Escola: uma construção possível**. 12. ed. Campinas: Papirus, 1995.

ZAULI, E. M. Crise e reforma do Estado: condicionantes e perspectivas da descentralização de políticas públicas. In: OLIVEIRA, D. A.; DUARTE, M. T. **Política e trabalho na escola: administração dos sistemas públicos de Educação Básica**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 45-53.

ANEXO A

Questionários para serem aplicados na Escola da 403 Sul.

01 – Quantos servidores da corporação militar atuam na escola? Quantos não pertencem à corporação?

R: A escola possui 18 militares que atuam na coordenação de disciplina, direção e no financeiro da escola e também na secretaria e ainda conta com 60 servidores civis.

02 – Quais são as funções e que papel os militares desempenham na Unidade Escolar?

R: Os militares desempenham as funções de coordenadores disciplinares, direções pedagógicas e administrativas, secretaria, financeiro, laboratório de informática, música, etc.

03 – A escola tem um PPP? Se positivo como este foi elaborado?

R: O PPP foi reelaborado com a colaboração do corpo docente, discente, administrativa, equipe gestora da Unidade Escolar, pais de alunos e funcionário.

04 – Quantos anos de funcionamento tem a escola? Desde quando é ministrada pela polícia militar?

R: 1 ano e 9 meses e desde o início é ministrada por militares.

05 – De quais artifícios a escola utiliza para conseguir obter e manter a disciplina na escola, tanto por parte dos docentes como dos alunos?

R: Com a afirmação de acordos, orientação das normas da instituição além de conversas informais tanto com o corpo docente quanto com o discente, reunião com equipe e pais e uma metodologia bastante planejada.

06 – Os alunos demonstram gostar da escola?

R: Muitos alunos demonstram satisfação em estudar nessa escola.

07- O que a equipe gestora costuma fazer para motivar seus funcionários da escola?

R: Visando a boa comunicação, cordialidade e ter abertura para novas argumentações e contribuições .

08- Os servidores demonstram gostar da escola?

R: Sim, pois a gestão estabelece as normas, mas ao mesmo tempo dá autonomia aos servidores.

09- É sabido que a escola possui um regimento próprio, este é reconhecido pelo Conselho Estadual de Educação?

R: Sim, embora esteja em fase de reconhecimento.

ANEXO B

REGIMENTO INTERNO ESCOLAR

ART.15 - São deveres do aluno:

- I. Ser assíduo quanto aos horários de início das atividades pedagógicas, disciplinares e cívicas;
- II. Respeitar todos os servidores da Unidade escolar;
- III. Acatar prontamente as ordens do Chefe e Subchefe de Turma;
- IV. Contribuir, na esfera de sua competência, para o prestígio da escola;

(...)

- XI. Apresentar à Coordenação Pedagógica todos os comunicados com o ciente dos pais no prazo máximo de 48 horas, salvo quando liberado por quem de direito ou a bem da disciplina.
- XVII. Cumprir as determinações impostas, desde que estas possuam amparo legal e a ordem seja emanada por um profissional habilitado e qualificado;
- XVIII. Cumprir as orientações impostas por Turma Líder, cuja expressão possua amparo legal e a orientação seja emanada de forma a atender o bem da disciplina, trabalho acadêmico ou atividade proposta;
- XXI. Seguir rigorosamente a Cadeia de Comando para encaminhar qualquer documento por escrito, passando pelos níveis previstos dentro da Escola Estadual da 403 Sul;

XXII. Pedir autorização para adentrar e para sair da Secretaria, Direção, almoxarifado, cozinha ou qualquer outra sala da Escola Estadual da 403Sul, ao profissional responsável daquela área, ou ao Policial Militar mais antigo que ali estiver, caso o responsável ali não esteja;

XXV. Participar de todas as atividades inerentes ao cotidiano militar;

XXX. Cuidar da apresentação pessoal mantendo-se sempre limpo, uniforme bem passado, cabelo, cortado conforme previsto no 1º parágrafo do ART. 43 deste regimento;

XXXI. Cumprir todas as obrigações previstas nas normas escolares e inclusive os Regulamentos de Continência, Desfiles e outros editados pelo Exército Brasileiro nas partes que houve orientação e adequação pelo corpo militar da Escola Estadual da 403 Sul.

ART. 16 – Não é permitido ao aluno:

III. Andar com o uniforme em desalinho, camisa ou camiseta para fora da calça;

IV. Sentar-se ou deitar-se no chão ou em locais não apropriados para tal;

VII. Usar termos de gírias ou pornográficos;

VIII. Deixar de cortar o cabelo e/ou usar costeletas;

IX. Comparecer a qualquer atividade da Escola, com a barba por fazer;

XI. Mesmo dentro do padrão não serão permitidos brincos, pulseiras e anéis esdrúxulos, de cunho obsceno ou que motive a violência;

XII. Exibir cenas amorosas ou desrespeitosas no interior das dependências da Escola Estadual da 403 Sul, bem como no meio externo, quando uniformizados.

a. Entende-se por cenas amorosas qualquer carícia lasciva, beijos nos lábios, exprimindo afeto ou reverência, de forma voluptuosa, abraços diversos de amizade e outros atos que venham a acentuar a sexualidade.

b. Os namorados deverão manter conduta ética e postura condizente com o aluno da Escola Estadual da 403 Sul, não manifestando ações amorosas no interior da Unidade Escolar, bem como no exterior, quando uniformizados não é aceitável andar de mãos dadas.

c. Amizade possui outros gestos e ações exprimíveis, diversos dos acima proibidos.

XV. Perturbar o trabalho do professor, ou mostrar-se indiferente, arrogante em suas atitudes;

XVIII. Atender celular, mascar chicletes, usar óculos escuros em sala de aula;

XXIII. Ficar circulando nos corredores da escola, Xerox, cantina no horário de aulas;

XXV. Freqüentar o laboratório de informática, complexo esportivo e biblioteca no horário das aulas sem acompanhamento do professor.

ART. 25 – O Regulamento Disciplinar deverá conter a seguinte relação de faltas disciplinares;

Falta Leve

(...)

2. Alimentar-se durante as atividades escolares sem autorização do professor;

04. Concorrer para a discórdia ou desarmonia e cultivar inimizade entre colegas;

10. Deixar de prender o cabelo conforme padrão estabelecido para as alunas;

11. Deixar de prestar o cumprimento regulamentar aos superiores hierárquicos;

15. Espalhar boatos ou falsas notícias em prejuízo da boa ordem civil ou militar ou o bom nome da Escola Estadual da 403 Sul;

19. Ler romances, jornais, revistas e publicações semelhantes, bem como livros diferentes da disciplina ministrada, em sala de aula, no horário de aula sem autorização;

21. Perturbar o estudo dos colegas com barulhos ou brincadeiras;

23. Procurar desacreditar ou desconsiderar colegas por atos ou palavras.

30. Usar divisa ou nome que não sejam os seus.

31. Deixar de comunicar a Secretaria à mudança de residência e/ou telefone.

Falta Média

- 32. Abandonar objetos de ensino e instrução ou peças de uniforme;
- 37. Contribuir para a má apresentação da sala de aula, ou atirar papéis, restos de comida ou quaisquer objetos nos pátios ou fora dos locais destinados a sua coleta;
- 38. Danificar ou extraviar objetos de colegas;
- 44. Dormir em sala de aula, durante o horário das aulas;
- 46. Faltar com a verdade;
- 50. Perambular pelas dependências da Escola ou pelas ruas durante o horário de aula;
- 53. Sair de forma sem permissão;
- 59. Usar tinturas no cabelo de cores extravagantes;
- 61. Utilizar-se do anonimato;
- 64. Expor colegas, professores ou funcionários a situações vexatórias.

Falta Grave

(...)

- 69. Censurar ou criticar ato de superior ou procurar desconsiderá-lo, seja entre militares ou civis;
- 70. Deixar de cumprir qualquer punição;
- 72. Dirigir-se, referir-se ou responder ao superior hierárquico de modo desrespeitoso ou desatencioso;
- 79. Içar ou arriar a bandeira ou estandarte sem ordem para tal;
- 80. Namorar dentro ou fora da escola, quando uniformizado;
- 83. Ofender, provocar ou desafiar superior e colega com atos ou palavras;
- 84. Portar-se de modo inconveniente nas salas de aula, instrução ou formaturas;
- 90. Simular doença para esquivar-se ao atendimento das obrigações e atividades escolares;
- 91. Ter em seu poder ou ingerir bebidas alcoólicas;
- 94. Travar disputa, rixa ou luta corporal;

Falta eliminatória

(...)

97. Participar de greves e movimentos reivindicatórios estando uniformizado;

99. Portar drogas ou delas fazer uso dentro ou fora da Unidade Escolar;

101. Portar armas de fogo (revólveres ou similares);

102. Ser condenado em processo por prática de crime.

(...)

ANEXO C



GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
ESCOLA ESTADUAL DA 403 SUL

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO
COLÉGIO MILITAR DE PALMAS - ANEXO I
EDIÇÃO 2010/2012



PALMAS/TO
2010

1. IDENTIFICAÇÃO DA ESCOLA

Nome: ESCOLA ESTADUAL DA 403 SUL

Endereço: 403 Sul, Alameda 04 - APM 07

Complemento: Plano Diretor Sul

Município: Palmas

Estado: Tocantins

CEP: 77.015-566

Telefones: (63) 3218-2807 / 2808 / 3224-5185 **Fax:** (63) 3218-2807

E-mail: cmp403@ue.seduc.to.gov.br

Localização/Zona: Urbana

Número da Escola (Censo Escolar): 17068800

CNPJ: 11.332.101/0001-86

NÍVEIS E MODALIDADES DE ENSINO OFERECIDAS

▪ **Ensino Regular:**

Fundamental II (6º ao 9º ano)

▪ **Educação Profissional Técnica de Nível Médio / Ensino Médio**

Curso Técnico em Trânsito - Integrado ao Ensino Médio

Curso Técnico em Rede de Computadores - Integrado ao Ensino Médio

Curso Técnico em Instrumento Musical - Integrado ao Ensino Médio

ESCOLA ESTADUAL DA 403 SUL

IRAMARA GALVÃO SALES - CAP QOAPM
DIRETORA GERAL

MIRON MARTINS DA SILVA FONSECA - 1º TEN QOPM
DIRETOR ADJUNTO

MARIA VIANEZITA LOPES CORRÊA
COORDENADORA DE SECRETARIA

COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA
BENTA WIRTA REIS GOMES
LAUDINÉIA NAZARENO MOTA SIQUEIRA
MARILENE DO CARMO CRISTINO CZURYTO
SONIA MARGARETE DE MEDEIROS TORRES
VÂNIA DE CASTRO SOUSA

SUPORTE DISCIPLINAR
CLEUTER SILAS PEREIRA GOMES - 1º TEN QOPM

"Precisamos contribuir para criar a escola que é aventura, que marcha, que não tem medo do risco, por isso que recusa o imobilismo. A escola em que se pensa, em que se atua, em que se cria, em que se fala, em que se ama, se adivinha, a escola que apaixonadamente diz sim à vida".

(Paulo Freire)